

APREN e AP2H2 promoveram debate partidário dedicado à Transição Energética

Duarte Alves (CDU), João Galamba (PS), Jorge Costa (BE) e Salvador Malheiro (PSD) aceitaram o convite das duas associações e defenderam as posições dos seus partidos no que à Transição Energética diz respeito, em antevisão às eleições legislativas do próximo dia 30 de janeiro.

A [APREN – Associação de Energias Renováveis](#), em colaboração com a [AP2H2 – Associação Portuguesa para a Promoção do Hidrogénio](#), convidou todas as forças políticas para um [debate online](#) sobre o tema da Transição Energética, que decorreu na tarde de quinta-feira, 20 de janeiro.

Quatro forças políticas aceitaram o repto lançado e, da discussão entre os presentes, que contou com a moderação de Miguel Prado, jornalista do Expresso, percebeu-se que é mais aquilo que une do que aquilo que os separa.

O PS, representado por **João Galamba**, atualmente Secretário de Estado Adjunto e da Energia, defendeu a necessidade de acelerar a capacidade instalada de renováveis, sobretudo de solar, eólica *onshore* e *offshore*, em substituição do gás natural. “O eólico *offshore* parece ser uma área de grande potencial. Tem algo que o solar não tem e que o hidrogénio também traz associado: um enorme desenvolvimento industrial associado”, sublinhou.

Muito dos investimentos já são rentáveis e não carecem de apoios públicos, que podem ser destinados a outras matérias, como os gases renováveis. “Uma grande ou média empresa não precisa de apoios para instalar painéis fotovoltaicos. Pagam-se em três ou quatro anos ou ainda em menos tempo atendendo aos preços de eletricidade que temos hoje no mercado”, garante.

O foco deve ser, por isso, a eficiência energética dos edifícios e dos processos produtivos. “Essa é uma área com *payback* mais longo, que nem sempre seria reforçada se não houvesse apoios públicos”, enfatiza.

Em representação do PSD, **Salvador Malheiro**, atual presidente da Câmara Municipal de Ovar, concorda. “Não há *quillowatt* mais barato do que aquele que conseguimos evitar”, sentencia. Por isso mesmo o PSD já propôs que se apostasse na eficiência energética com o apoio fundos europeus.

A CDU defende, igualmente, a aposta na eficiência energética, com o apoio do Estado, nomeadamente para proteger os consumidores mais frágeis. **Duarte Alves**, Deputado da CDU, lembra que este é um dos vetores principais no caminho para a transição energética. “Por ser um investimento com retorno a mais longo prazo exige investimento público mais determinado”, defende.

Para a CDU esta transição energética deve assegurar a segurança de abastecimento proporcionando ao mesmo tempo preços mais baixos de energia às empresas para que “não mexam nos salários com o argumento de que precisam de ser mais competitivas”.

Para ajudar a resolver o problema dos preços, nomeadamente junto da população mais desfavorecida, o Bloco de Esquerda sugere a instalação de sistemas de autoconsumo comunitários em edifícios do Estado, seguindo a lógica das empresas de serviços energéticos. “Esse modelo pode ser aplicado pelo próprio Estado com taxas de rentabilidade relevantes do ponto de vista da receita pública”, realçou o Deputado **Jorge Costa**.

Outra ideia do Bloco de Esquerda passa por aproveitar os edifícios públicos para instalação de sistemas fotovoltaicos. Esta seria outra forma de atingir os níveis de produção descentralizada previstos no PNEC (Plano Nacional de Energia e Clima).

Mas há mais a fazer: para o PSD urge também desburocratizar. “A transição energética deveria ser acompanhada de uma transição digital e de eficiência administrativa, designadamente em instituições que são relevantes nesta matéria, como a DGEG. Temos dificuldades enormes ao nível dos recursos humanos, mas também ao nível dos procedimentos”, lamenta Salvador Malheiro. O PSD propõe um “portal único de licenciamento” para agilizar os processos que possa tirar partido da inteligência artificial.

Todos concordam que a transição energética é uma oportunidade de recuperação da economia com vantagens socioambientais. É também, sobretudo - e sem isso dificilmente teria sucesso - “uma enorme oportunidade de desenvolvimento económico, industrial e tecnológico para o nosso país”, frisou João Galamba.

O debate terminou com o tema da energia nuclear sobre a mesa. Esta é uma opção que a União Europeia trouxe para a praça pública enquanto possível opção limpa para catapultar a transição energética. Mas também aqui a opinião é unânime entre os quatro partidos representados. Nuclear? Não obrigado!

Siga a APREN:



Contactos:

Diogo Carvalheda | diogo.carvalheda@apren.pt | +351 918 775 963

Sobre a APREN

A Associação Portuguesa de Energias Renováveis (APREN) é uma associação sem fins lucrativos, constituída em outubro de 1988, com a missão de coordenação e representação dos interesses comuns dos seus Associados na promoção das Energias Renováveis no setor da eletricidade.

A APREN desenvolve trabalho em conjunto com organismos oficiais e outras entidades congéneres, a nível nacional e internacional, constituindo um instrumento de participação nas políticas energética e ambiental através do aproveitamento e valorização dos recursos naturais para produções de eletricidade, nomeadamente nos domínios hídricos, eólico, solar, geotérmico, da biomassa, do biogás e dos resíduos sólidos urbanos.